

CONCEPÇÕES EDUCATIVAS MORAIS DE PAIS E ADOLESCENTES: COOPERAÇÃO VERSUS OBEDIÊNCIA

Luciana Maria Caetano¹
Jackeline Maria de Souza²
Paulo Yoo Chul Choi³
Betânia Alves Veiga Dell'Agli⁴

Resumo

Investigou-se as respostas dos pais e filhos aos construtos obediência, justiça, autonomia e respeito, pensando tais construtos à luz dos conteúdos propostos pela Teoria do Domínio Social e investigou as diferenças de respostas entre pais e filhos. A pesquisa contou com 338 participantes, sendo 169 pais e 169 filhos. O instrumento utilizado foi uma escala com 24 itens, divididos em 4 constructos a saber: obediência, respeito, justiça e autonomia. Para cada construto foram anexadas 3 afirmativas com variação de conteúdo conforme situações estereotipadas. A novidade que essa pesquisa apresentou em termos de dados empíricos foi o uso da medida repetida. A concordância entre pais e filhos representada pelas correlações na diagonal da matriz são positivas baixas, mas, apesar de não haver uma grande concordância, pais e filhos também não apresentaram grande discordância quanto ao seu ponto de vista em relação aos construtos investigados. O fato de ter-se aplicado o instrumento em pais e filhos adolescentes permitiu a identificação, a partir da comparação das concepções educativas de pais e de filhos, da associação entre os diferentes perfis que essas medidas nos proporcionaram. Assim, o que em especial chama a atenção nos dados é que, embora se tenha encontrado um número maior de pais com perfil cooperativo, foi encontrado um número maior de filhos com perfil obediente, além da associação estatística relevante entre pais de perfis cooperativos e filhos com tendência a perfil misto para autonomia e pais de perfis coercitivos associados a filhos de perfis obedientes.

Palavras Chave: relação pais e filhos, desenvolvimento moral, obediência

¹ Luciana Maria Caetano, Universidade de São Paulo, lmcaetano@usp.br - ORCID: 0000-0003-2068-7375

² Jackeline Maria de Souza, UniFTC Faculdade de Tecnologia e Ciências de Petrolina, jackeline.souza1@gmail.com - ORCID: 0000-0003-3402-3481

³ Paulo Yoo Chul Choi, Universidade de São Paulo, paulo.choi@usp.br - ORCID: 0000-0003-1198-5282

⁴ Betânia Alves Veiga Dell'Agli, Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino, betaniadellagli@gmail.com - ORCID: 0000-0002-8805-2838

MORAL EDUCATIONAL CONCEPTIONS OF PARENTS AND ADOLESCENTS: COOPERATION VERSUS OBEDIENCE

Abstract

The responses of parents and children to the constructs of obedience, justice, autonomy and respect were investigated, considering these constructs in the light of the content proposed by the Theory of Social Domain and investigated the differences in responses between parents and children. The survey involved 338 participants, of which 169 were parents and 169 children. The instrument used was a scale with 24 items, divided into 4 constructs, namely: obedience, respect, justice and autonomy. For each construct, 3 statements were attached with varying content according to stereotyped situations. The novelty that this research presented in terms of empirical data was the use of the repeated measure. The agreement between parents and children represented by the diagonal correlations of the matrix are low positive, but, although there is not a great deal of agreement, parents and children also did not present great disagreement regarding their point of view in relation to the investigated constructs. The fact that the instrument was applied to parents and adolescent children allowed the identification, from the comparison of the educational conceptions of parents and children, of the association between the different profiles that these measures provided us. Thus, what particularly draws attention to the data is that, although a greater number of parents with a cooperative profile was found, a greater number of children with an obedient profile were found, in addition to the relevant statistical association between parents of cooperative profiles and children with a tendency to a mixed profile for autonomy and parents of coercive profiles associated with children of obedient profiles.

Keywords: parent-child relationship, moral development, obedience

1 Introdução

A questão da relação entre ação e juízo moral ainda se encontra distante de ser resolvida, da mesma forma que a questão do raciocínio e da emoção nos processos das interações sociais: “é notável que as pessoas dizem uma coisa e algumas vezes dizem outras, ou que as pessoas agem de uma forma em algumas situações e de outras formas em outras situações” (TURIEL, 2006, p. 30, tradução nossa).

Há uma tendência em ambos os discursos, acadêmico e público, em focar um único aspecto da moralidade. A metáfora para a moralidade mais adequada do que “X nos fez fazer isso” pode ser “moralidade está nas trincheiras”, o que implica em dizer que: “o desenvolvimento moral ocorre através das contínuas relações recíprocas das crianças, em todos os dias das suas vidas, com adultos e com as outras crianças” (TURIEL, 2005, p. 30).

Com relação às concepções educativas dos pais brasileiros entendemos que também estamos muito distantes da compreensão desse fenômeno no tocante ao desenvolvimento e educação moral (AUTOR, 2012). Estamos conscientes de que as relações entre pais e filhos e entre alunos e professores se constroem no dia a dia, todos os dias, e pensar no desenvolvimento moral implica em investigar um fenômeno que é influenciado por sistemas como o contexto familiar, social, educacional; além dos sistemas interindividuais como a autorregulação, o raciocínio lógico, a identidade, os valores individuais. Todos os sistemas complexos cuja interação e equilibração podem promover ao sujeito a construção da autonomia moral (AUTOR, 2017).

Quando nos debruçamos sobre os estudos da família como contexto de desenvolvimento e educação moral, as principais e atuais contribuições se sustentam na Teoria do Domínio Social (de agora em diante TDS) (TURIEL,

1983, 1998). Os principais temas tratados por tais pesquisas são: estilos parentais e estratégias de disciplina, como por exemplo a pesquisa de Patrick e Gibbs (2012), que demonstrou que adolescentes cujos pais utilizam a indução (explicação e orientação no tocante a regras, combinados e valores) são mais justos e apropriados e também apresentam uma identidade moral mais forte. Outro tema é o estudo do discurso, dos conflitos e das respostas dadas as transgressões pela família (SMETANA, 1989, 2011). A importância das emoções nas reações dos familiares também foi investigada e os resultados demonstram que as preocupações das mães com cuidado, bem-estar e os direitos nas interações com os filhos promovem e enfatizam o desenvolvimento moral dos mesmos (DUNN; HUGHES, 2014).

Pesquisas sobre variações culturais mostram que a visão de disciplina que os pais têm também influencia no comportamento infantil, mas que, a despeito do contexto cultural, o uso frequente da punição física tem efeitos prejudiciais para a criança (LANSFORD et al., 2005). O papel do afeto na relação familiar também é investigado, apontando que as experiências afetivas da criança são parte indissolúvel na constituição do seu desenvolvimento moral (ARSENIO; LOVER, 1995)

Os estudos sobre conflitos entre pais e adolescentes mostram que os assuntos de domínio moral são raramente objetos de disputa entre pais e filhos, pois pais e filhos concordam que tais assuntos são objeto da autoridade parental (NUCCI; HASEBE; LINS-DYER, 2005). Os adolescentes acham justo os pais criarem regras sobre não bater nos irmãos, não mentir, não quebrar a confiança, não roubar, entre outros exemplos de atos que se encaixam no Domínio Moral, pois sua consequência prejudica o outro e independe da contingência da autoridade, estando aí a explicação para a inexistência dos conflitos nesse Domínio (NUCCI; SMETANA, 1995).

O que de mais importante esses estudos e pesquisas têm em comum é a valorização da participação da família como importante contexto de desenvolvimento moral. O estudo do desenvolvimento moral no contexto da família é um tema central de pesquisas contemporâneas na área da psicologia do desenvolvimento moral, considerando a interação bilateral entre pais e filhos, reconhecendo, principalmente a agência de crianças e adolescentes nesses processos relacionais (SMETANA, 2013).

As dificuldades existentes em os pais brasileiros estabelecerem com seus filhos relações pautadas no respeito, justiça e autonomia, se remetem ao fato de que pais e mães demonstram um desejo ou intenção de educarem para a promoção da autonomia, mas suas intervenções tendem para a obediência e o respeito unilateral (AUTOR, 2009). Tais resultados destoaram daqueles resultados encontrados pela TDS, segundo os quais não há conflitos de domínio moral na relação entre pais e filhos (NUCCI; SMETANA, 1995; SMETANA, 2011).

Segundo a perspectiva da TDS, os conflitos entre os pais e os adolescentes surgem porque os primeiros costumam avaliar e agir diante dessas situações em termos de convenções sociais, corrigindo os seus filhos sobre o certo ou o errado, isto é, definindo o que é apropriado ou não para a idade deles (SMETANA, 1989). Já os adolescentes avaliam as mesmas situações, seguindo o domínio pessoal, pois sentem-se no direito de escolher o que fazer, ou seja, pensam que podem fazer suas escolhas pessoais, e têm direito à manutenção e expressão de suas preferências (SMETANA, 2011). A TDS representa um novo olhar para o estudo da relação pais e filhos, sendo sua perspectiva interacionista, construtivista, desenvolvimental e amparada na distinção entre os diferentes domínios que constituem o Domínio Social na interação entre pais e filhos (SMETANA, 2013).

A parentalidade na perspectiva da TDS se diferencia das perspectivas das teorias tradicionais de socialização e teorias de internalização conforme os seguintes aspectos (SMETANA, 2011; SMETANA; JAMBON, 2017; SMETANA; BALL; YOO, 2019): as teorias mais tradicionais focam na relação com os pais, enquanto a TDS foca nas diferentes interações sociais da criança, incluindo pares e adultos; a TDS entende que as relações entre pais e filhos são recíprocas e que a criança não recebe os valores ou os internaliza passivamente; portanto, suas pesquisas focam em como a criança interpreta, negocia e algumas vezes transforma regras, valores e modelos sociais; os pais precisam levar em consideração a diferenciação das situações e dos eventos sociais.

A TDS é uma perspectiva teórica sociocognitiva desenvolvimental, que considera que a moralidade não é o produto exclusivo nem do desenvolvimento individual e nem da socialização familiar, mas a moral é parte do conhecimento social que é construído ao longo da infância por meio das interações e experiências (TURIEL, 1983). Portanto, é na interação e na relação com o mundo social, que as crianças constroem diferentes domínios que regulam suas ações (SMETANA, 2006). A TDS ainda afirma que, um significativo corpo de pesquisas comprova que crianças, adolescentes e as pessoas em geral diferenciam eventos e situações classificando-os segundo os critérios e justificativas em domínios Moral (focado no direito e bem-estar das pessoas), Convencional (diz respeito às expectativas, normas e leis de um grupo social), Pessoal (preferências e escolhas do indivíduo) ou Prudencial (questões de manutenção da saúde e da segurança) (SMETANA, 2011).

Levando-se em conta as contribuições das pesquisas sobre o desenvolvimento moral e a função da parentalidade fundamentadas na TDS, a pesquisa contou com dois objetivos: investigar as respostas dos pais e filhos aos construtos obediência, justiça, autonomia e respeito, pensando tais construtos à

luz dos conteúdos propostos pela TDS e investigar diferenças de respostas entre pais e filhos.

2 MÉTODO

A presente pesquisa trata-se de uma pesquisa transversal inferencial com medidas repetidas e de abordagem quantitativa e qualitativa. A pesquisa contou com 338 participantes, sendo 169 pais e 169 filhos. Dentre os genitores, 14,79% eram pais e 85,21% eram mães. A idade variava entre: até 30 anos (4,93%), de 31 a 40 anos (44,37%), de 41 a 50 anos (38,03%), de 51 anos a 60 anos (11,97%) e mais de 60 anos (0,7%). Quanto à renda dos pais participantes, 53,52% tinham renda entre 0 e 2 salários mínimos, 23,24% tinham renda familiar entre 2,1 a 4 salários mínimos e 23,24% tinham renda maior que 4,1 salários mínimos. Os genitores se distribuíram da seguinte forma com relação ao nível de formação escolar: 21,83% tinham ensino fundamental incompleto; 11,27% tinham ensino fundamental completo; 15,49% dos pais tinham ensino médio incompleto e 33,10% (o maior percentual dos pais participantes), ensino médio completo; 6,34% com ensino superior incompleto e 8,45% com ensino superior completo; com especialização ou pós-graduação, apenas 2,82% dos pais e apenas 1 participante tinha doutorado (0,7%). Os adolescentes eram 38,01% do sexo masculino e 61,99% do sexo feminino. A idade dos participantes adolescentes variava entre: 11 anos (7,6%), 12 e 13 anos (33,33%), 13 e 14 anos (33,33%), 16 e 17 anos (23,24%) e 18 anos ou mais (1,75%). Os dados foram coletados em três escolas diferentes, sendo uma escola pública e uma escola privada da grande São Paulo, e uma escola pública do interior do Estado de São Paulo, sendo que 85,38% dos participantes eram alunos de escolas públicas e 14,62% eram alunos de escola privada. A amostragem dessa pesquisa foi de conveniência, técnica não-probabilística, ou seja, procuramos obter uma amostra de elementos convenientes em que a seleção dos entrevistados esteve a cargo do entrevistador

(VOLPATO, 2015) e contou com escolas colaboradoras dispostas a participar da pesquisa.

O instrumento utilizado foi uma escala com 24 itens, divididos em 4 constructos a saber: obediência (O1- obediência em toda e qualquer situação; O2- desobediência entristece os pais), respeito (R1- Os pais devem confiar nos filhos; R2- Os pais devem ouvir os filhos), justiça (J1- é justo considerar as explicações dos filhos; J2- é justo punir fisicamente os filhos) e autonomia (A1- Oferecer escolhas aos filhos; A2- Permitir aos filhos tomar decisões). Para cada construto foram anexadas 3 afirmativas com variação de conteúdo conforme situações estereotipadas sugeridas para os diferentes domínios da TDS. Essa escala foi construída, inspirada na Escala de Concepções Educativas Morais (AUTOR, 2016) e no Stimuli Items for the Parental Authority Questionnaire (SMETANA; ASQUITH, 1994). O instrumento foi elaborado e adaptado para o contexto brasileiro, utilizando os quatro construtos da ECEM (obediência, justiça, autonomia e respeito), com conteúdos propostos pela TDS, sendo esse procedimento justificado pelo próprio objetivo do estudo que propõe uma leitura dos quatro fatores da ECEM, conforme a perspectiva da TDS.

A pesquisa utilizou o espaço das escolas para realizar a coleta de dados. Os pais preencheram a Escala de Concepções Educativas durante uma reunião de pais, na qual assinaram o respectivo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando seus filhos adolescentes a participarem da pesquisa. Os adolescentes responderam à pesquisa, posteriormente, reunidos em sala de aula designada para que pudessem participar do projeto.

A aplicação dos questionários foi realizada coletivamente e por escrito para os pais e para os filhos. Os procedimentos para a coleta de dados foram os mesmos para as três escolas.

Para análise de dados os procedimentos utilizados foram os seguintes: (I) análise do grau de concordância das respostas dadas por pais e filhos; (II) análise da comparação de médias dos escores para cada construto e as variáveis sociodemográficas de pais e de filhos; (III) análise de Cluster para a definição de perfis de pais e de filhos de acordo com suas concepções educativas morais; e (IV) medidas de associação entre esses perfis e as variáveis sociodemográficas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 1 apresenta o grau de concordância entre pais e filhos a respeito das respostas.

Tabela 1 – Correlações de Spearman entre os escores das respostas de pais e filhos para os fatores

		J1.F	J2.F	A1.F.	A2.F	R1.F	R2.F	O1.F	O2.F
J1.P	rho	.217	.207	.117	.111	-.012	-.011	.027	.037
	p-valor	.004	.007	.126	.147	.872	.890	.722	.630
J2.P	rho	.180	.177	.110	.112	-.018	-.028	.069	.086
	p-valor	.018	.021	.151	.144	.814	.717	.373	.262
A1.P	rho	.044	-.004	.230	.195	.071	.063	.138	.128
	p-valor	.568	.954	.003	.010	.356	.416	.072	.096
A2.P	rho	.028	-.026	.186	.165	.099	.061	.143	.134
	p-valor	.718	.737	.015	.031	.198	.429	.062	.081
R1.P	rho	.012	.005	.045	.070	.270	.241	.185	.166
	p-valor	.878	.948	.557	.365	.000	.002	.015	.030
R2.P	rho	.001	-.008	.037	.069	.256	.238	.173	.157
	p-valor	.989	.921	.633	.370	.001	.002	.024	.041
O1.P	rho	.086	.067	.092	.109	.187	.189	.212	.180
	p-valor	.265	.384	.229	.155	.014	.013	.005	.018
O2.P	rho	.086	.072	.060	.089	.199	.201	.199	.165
	p-valor	.264	.352	.438	.249	.009	.008	.009	.031

Fonte: elaborada pelos autores da presente pesquisa. Legenda: J1= Justiça é consideração; J2= Justiça e punição e A1 = Autonomia e escolhas; A2= autonomia e tomada de decisão; R1 = Respeito e confiança; R2= Respeito e escuta; O1 = Obediência total; O2= Obediência e Chantagem; P- pai e F- Filhos.

Como podemos observar, a concordância entre pais e filhos representada pelas correlações na diagonal da matriz são positivas baixas ($< 0,3$), nos indicando pequena concordância entre as partes. Complementando a análise de concordância, calculamos o tamanho efeito (D) da diferença de média de cada escore entre pais e filhos (apresentados na Tabela 2). Valores positivos nos indicam que os pais atribuíram valores mais elevados aos itens dentro de cada construto e valores negativos indicam que os filhos atribuíram valores mais elevados. Em geral, o cálculo nos mostra que o tamanho do efeito das diferenças também é pequeno ($< 0,5$), concordando com o resultado do teste de correlação. Dessa forma, apesar de não haver uma grande concordância, pais e filhos também não apresentaram grande discordância quanto ao seu ponto de vista. Entende-se que esse resultado possa ter ao menos duas explicações. A primeira, diz respeito à bidirecionalidade do processo do desenvolvimento moral, pois os pais influenciam as crianças, mas também são influenciados por elas (SMETANA; JAMBOM, 2017). A segunda, diz respeito aos construtos estudados, ou seja, apesar do instrumento ter variado o conteúdo dos itens, eles ainda tratavam de construtos morais: justiça, respeito, obediência e autonomia.

A seguir apresentamos os resultados dos escores por construtos, em comparação.

Tabela 2 – Comparação de Médias por construtos e Tamanho do Efeito

	Média	Desvio padrão	D
Justiça1. P	3,616	0,920	-0,33
Justiça1. F	3,927	0,971	-0,37
Justiça2. P	3,378	0,980	0,15
Justiça2. F	3,748	1,026	0,07
Autonomia1. P	4,667	0,650	-0,15
Autonomia1. F	4,569	0,633	-0,07
Autonomia1.P	4,568	0,693	
Autonomia2. F	4,521	0,681	0,18
Respeito1. P	5,038	0,826	-0,33
Respeito1. F	5,164	0,909	-0,37

Respeito2. P	4,932	0,858	0,15
Respeito2. F	4,994	0,970	0,07
Obediência1. P	6,023	0,810	-0,15
Obediência1. F	5,880	0,753	-0,07
Obediência2. P	5,982	0,827	
Obediência2. F	5,919	0,765	0,18

Fonte: elaborada pelos autores da presente pesquisa. Legenda: J1= Justiça é consideração; J2= Justiça e punição e A1 = Autonomia e escolhas; A2= autonomia e tomada de decisão; R1 = Respeito e confiança; R2= Respeito e escuta; O1 = Obediência total; O2= Obediência e Chantagem; P- pai e F- Filhos.

Os menores escores estão para pais e filhos no construto justiça, mostrando, assim como no estudo de AUTOR (2009), a centralidade do problema de como equilibrar a relação entre pais e filhos, especialmente na temática da punição, quando as regras são quebradas. Outro construto que apresentou escores altos foi o de obediência, assim como o de autonomia e respeito, demonstrando também que, apesar do desejo de estabelecer relações respeitadas e de encaminhar os filhos para a autonomia, pais e filhos ainda admitiram concepções educativas morais focadas na obediência, o que aponta para uma contradição, também encontrada no estudo prévio de AUTOR (2009), entre ação e juízo moral, ou seja, entre a perspectiva de como ser bom pai e bom filho e as dificuldades de colocar isso em prática no dia-a-dia. Outra explicação para esses achados se encontram no fato de que, pesquisas internacionais apontam para crianças que recebem punições demasiadamente severas têm menos probabilidade de identificar transgressões morais como erradas (SMETANA; JAMBON, 2017).

Os resultados a seguir mostraram as correlações de maior importância e estatisticamente significativas ($p < 0,05$), e as correlações que apresentaram uma tendência ($0,05 < p < 0,10$) com relação aos pais e a seguir com relação aos filhos.

Com relação aos pais:

1) As variáveis faixa etária e a escolaridade dos pais não apresentaram diferença estatisticamente significativa para nenhum dos construtos.

2) A variável sexo apenas apresentou uma tendência de diferença de médias entre homens e mulheres. Foi observada, a diferença quanto ao escore de Justiça 1.1 (J1- é justo considerar as explicações dos filhos) ($t_{(168)} = 1,905$; $p = 0,059$; $d = 0,57$). Esse dado revelou que as mães dos adolescentes tenderam a levar mais em conta as explicações dos filhos adolescentes do que os pais. O relacionamento dos adolescentes com suas mães tem características diferentes do que o relacionamento dos mesmos com os pais (YOUNISS; SMOLLAR, 1985). As mães mantêm um contato regular com os filhos e as filhas; tal contato não é somente focado no futuro do jovem; elas monitoram com maior incisão as atividades dos filhos e filhas, buscando discipliná-los; as mães também se engajam nos interesses que os adolescentes têm para si mesmos; finalmente, as mães envolvem-se nas experiências de vida de seus filhos, não somente como autoridades, mas como confidentes, construindo com eles uma relação de empatia (YOUNISS; SMOLLAR, 1985).

3) As variáveis renda e estado civil apresentaram diferenças de médias estatisticamente significativas. Foi observada uma diferença entre as faixas de renda e o escore Justiça J1 (J1- é justo considerar as explicações dos filhos) ($F_{w(3,36,118)} = 3,067$; $p = 0,040$; $h^2 = 0,06$), sendo que pais com renda entre 0 e 2 SM tenderam a ter escores mais elevados em relação àqueles com renda entre 2,1 e 4 SM (Games-Howell, $p = 0,061$).

Também foi observada uma tendência de diferença de média entre as faixas de renda e o escore Justiça 2 (é justo os pais orientarem os filhos) ($F_{w(3,29,835)} = 2,711$; $p = 0,063$; $h^2 = 0,05$), sendo que pais com renda entre 0 e 2 SM

tenderam a ter escores mais elevados em relação àqueles com renda entre 2,1 e 4 SM (Games-Howell, $p = 0,082$).

Esses achados são relevantes para o campo de pesquisa em desenvolvimento moral e parentalidade, pois, as amostras utilizadas nos estudos internacionais tendem a ser homogeneamente de genitores brancos, de classe média e norte-americanos (SMETANA; BALL; YOO, 2019).

Os dados dessa pesquisa foram consistentes com os dados da pesquisa de Lins-Dyer e Nucci (2007), realizada com participantes do nordeste do Brasil, sobre o impacto das classes sociais sobre as respostas de mães e filhas a respeito das suas concepções sobre controle parental. Os resultados da pesquisa demonstraram que filhas de classes sociais mais baixas perceberam que suas mães exerciam maior controle sobre elas do que as filhas de classe média. Por outro lado, as mães de classe baixa requisitaram maior índice de controle sobre problemas convencionais e prudenciais do que as mães de classe média.

Com relação aos filhos, os resultados mais relevantes foram:

1) Não se encontrou diferença estatisticamente significativa para a variável sexo dos filhos;

2) As variáveis tipo de escola e faixa etária apresentaram diferenças estatísticas significativas.

Percebeu-se uma diferença estatisticamente significativa entre os tipos de escola em relação às variáveis Justiça 2 (é justo considerar as explicações dos filhos) ($t_{(44,461)} = 4,069$; $p < 0,001$; $d = 1,35$), Autonomia 2 (é justo permitir aos filhos tomar decisões) ($t_{(57,523)} = 2,030$; $p = 0,047$; $d = 0,34$), Respeito 1 (respeito e confiança, os pais devem confiar nos filhos) ($t_{(169)} = 3,091$; $p = 0,002$; $d = 0,61$), Respeito2 (respeito e escuta, os pais devem ouvir os filhos) ($t_{(169)} = 2,835$; p

= 0,005; $d = 0,57$), sendo que adolescentes de escola pública apresentaram média mais elevada em todas as variáveis.

Foi observada uma tendência de diferença estatisticamente significativa entre os tipos de escola e a variável Obediência (os filhos desobedientes entristecem os pais) ($t_{(169)} = 1,762$; $p = 0,080$; $d = 0,37$), sendo que crianças de escola pública apresentaram média mais elevada.

Enquanto os alunos da escola pública requisitaram mais respeito e autonomia do que os alunos da escola privada, também foram mais inclinados à necessidade de obedecer e aos castigos expiatórios do que os alunos de escola privada. Provavelmente esses dados ficarão melhor explicados pela próxima análise a ser apresentada, onde demonstraremos que os pais mais coercitivos têm maiores tendências a formarem filhos mais obedientes. Esse dado referente aos filhos confirma o fato de serem também os pais de baixa renda mais coercitivos do que aqueles com maior renda (LINS-DYER; NUCCI, 2007).

Notou-se uma diferença estatisticamente significativa entre as faixas etárias e o escore Justiça (é justo punir fisicamente quando os filhos fazem coisas erradas) ($F_{w(67,433)} = 3,012$; $p = 0,011$; $h^2 = 0,09$), sendo que alunos do 6º ano tenderam a apresentar média superior aos alunos do 3º do EM (Games-Howell, $p = 0,056$). Esse construto discute a punição física e os alunos mais novos mostraram maior concordância com ela do que os alunos mais velhos. Esse resultado não corresponde àqueles encontrados pelos estudos americanos (SMETANA, 2011; TURIEL, 1983), que mostram como no início da adolescência os adolescentes americanos tendem a ser mais críticos em relação as normas convencionais e a discordarem com as expectativas sociais em relação a eles. Entretanto, nossos estudos têm mostrado que os adolescentes brasileiros mais novos ten-

dem a ser mais obedientes e só mais velhos começam a contestar algumas práticas parentais educativas (AUTOR, 2019).

Uma possível explicação para tais resultados pode ser o fato de que os pais e mães brasileiros costumam utilizar estratégias de socialização parental mais coercitivas (AUTOR, 2009), além de que, não há um foco na consistência das respostas parentais aos filhos, atreladas aos domínios moral, convencional e pessoal, fato que, tem se apresentado importante para o desenvolvimento moral, de acordo com resultados de pesquisas internacionais (SMETANA; JAMBON, 2017; SMETANA; BALL; YOO, 2019).

Finalmente para responder ao objetivo principal de investigar as concepções educativas de pais e filhos em comparação, foi realizada uma Análise de Clúster, usando o método de padronização Between-groups, a distância quadrática euclidiana e o escore dos fatores como variáveis do clúster.

Por meio dessa análise foram formados três clusters para pais e três para filhos, que podem ser melhor observados com seus centróides através do mapa territorial de resultante de uma análise discriminante, os quais foram nomeados de acordo com a proporção que apresentavam os três fatores. Definidos os perfis, 63 pais foram classificados como possuidores de um perfil cooperativo, 57 do tipo misto e 51 do tipo coercitivo. No caso dos filhos, 54 foram classificados com o perfil misto, 44 do tipo misto com maior autonomia e 73 do tipo obedientes.

As tabelas abaixo apresentam o Centro Final do Clúster, que se refere à média dos escores de cada fator referente aos sujeitos que foram identificados como pertencentes a cada um dos clústers e o número de sujeitos pertencentes a cada clúster. Após a apresentação das tabelas, seguem as figuras mostrando os

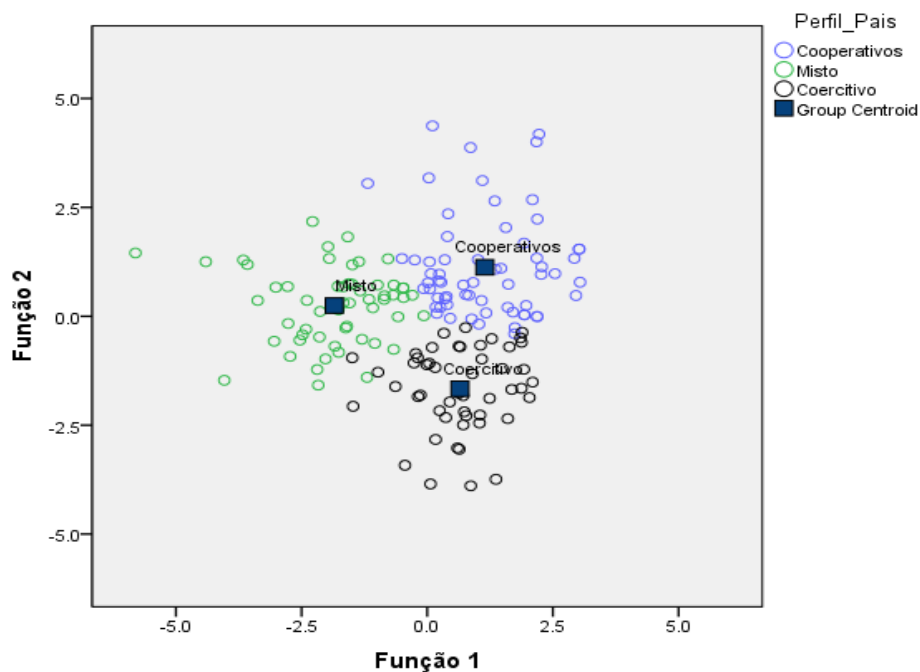
mapas de agrupamento dos Clusters. Apresentamos primeiramente os dados dos pais e em seguida os dados dos filhos.

Tabela 3 – Médias de Escores por Construtos distribuídos pelos 3 Clústers de Pais

	Cluster		
	1	2	3
Justiça	4.56	3.89	2.67
Autonomia	4.80	4.26	4.62
Respeito	5.48	4.34	4.90
Obediência	6.47	5.09	6.35
Cluster	1	63.000	
	2	57.000	
	3	51.000	
Valid		171.000	
Missing		.000	

Fonte: elaborada pelos autores da presente pesquisa. Legenda: 1- Cooperativo, 2- Misto, 3- Coercitivo

Figura 1 – Mapa territorial com três centroids e a distribuição dos perfis parentais determinados pela análise de cluster hierárquico



Fonte: elaborada pelos autores

Os pais de perfis cooperativos (aqui definido como pais colaboradores com o desenvolvimento moral) apresentaram escores mais altos de justiça, autonomia e respeito, apesar de também demandarem por obediência. Os escores altos de justiça, respeito e autonomia nos levam a acreditar que compreendem a necessidade de obediência, mas suas intervenções tendem a ser mais coerentes com as especificidades dos domínios, conforme suas respostas aos itens da escala. Por outro lado, os pais coercitivos (aqui definidos como pais que utilizam estratégias de punições expiatórias, não favoráveis ao desenvolvimento moral), são menos justos, relatando fazer mais uso de punições física e de menor cuidado com o respeito, além de oferecerem menor condição de autonomia. O grupo misto apresenta menor escores em obediência, mas também, escores medianos de justiça, autonomia e respeito.

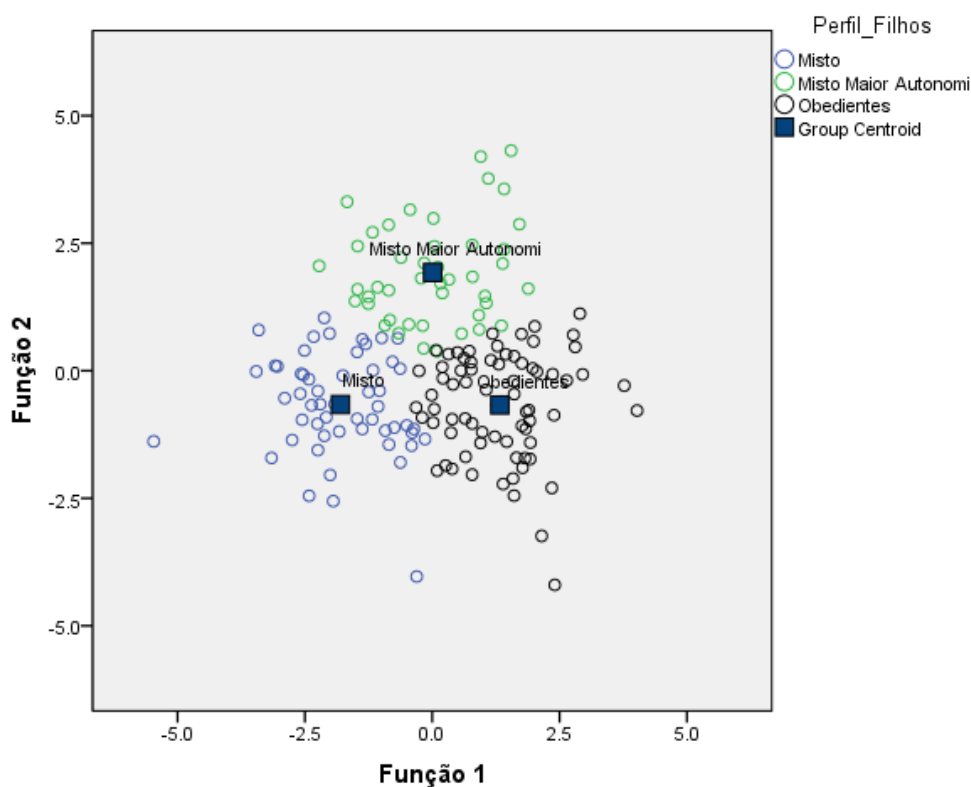
A tabelas 4 abaixo apresenta a média dos escores de cada fator para os filhos, organizados dentro dos respectivos clústers e o número de sujeitos pertencentes a cada um. Em seguida a figura 2 mostra a distribuição do mapa territorial dos centroides dos filhos agrupados em seus clústers.

Tabela 4 – Médias de Escores por Construtos distribuídos pelos 3 Clusters de Filhos

	Cluster		
	1	2	3
Justiça	4.08	5.29	3.47
Autonomia	4.16	4.58	4.71
Respeito	3.98	5.51	5.40
Obediência	5.14	6.17	6.32
Cluster	1	54.000	
	2	44.000	
	3	73.000	
Valid		171.000	
Missing		.000	

Fonte: elaborada pelos autores. Legenda: 1- Misto, 2- Misto com maior autonomia, 3- Obediente.

Figura 2 – Mapa territorial com três centroids e a distribuição dos perfis filiais determinados pela análise de cluster hierárquico



Fonte: elaborada pelos autores

Os adolescentes de perfil obediente, apresentaram escore alto de obediência e baixos escores de justiça e autonomia, ainda que demandem sempre por respeito. Os adolescentes de perfis misto apresentam escores equilibrados e misto com tendência a autonomia apresentam escores mais altos de autonomia.

Ainda foram realizados testes de associação entre os perfis de pais e filhos e entre esses perfis e as variáveis sociodemográficas. Foi observada uma associação estatisticamente relevante entre os perfis de pais e filhos ($\chi^2_{(4)} =$

10,830; $p = 0,029$; V de Cramer = 0,178), sendo que pais cooperativos têm mais frequentemente filhos com perfil misto de maior autonomia, e menos frequentemente filhos com perfil obediente. E a mesma relação pode ser observada entre pais de perfil coercitivo, que têm mais repetidamente filhos de perfil obediente e menos frequentemente filhos com perfil misto de maior autonomia. Não foi encontrada associação estatisticamente relevante entre os perfis dos pais e a variável sexo, faixa etária, escolaridade, renda e estado civil. Com relação ao perfil dos filhos, não foi encontrada associação estatisticamente relevante entre as variáveis sexo e tipo de escola, mas foi observada uma tendência de associação estatisticamente relevante entre os perfis de filhos e sua faixa etária ($\chi^2(6) = 12,359$; $p = 0,054$; V de Cramer = 0,192), sendo que filhos com perfil misto de maior autonomia tenderam a estar menos associados à faixa dos 12 a 13 anos e mais associados à faixa dos 16 e 17 anos. Do mesmo modo, foi observada uma tendência de associação estatisticamente relevante entre os perfis de filhos e sua escolaridade ($\chi^2(12) = 20,143$; $p = 0,064$; V de Cramer = 0,243), sendo que crianças com perfil misto de maior autonomia tenderam a estar menos associados ao 8º ano e mais associados ao 2º ano do ensino médio.

Os resultados apontaram para uma similaridade com os resultados encontrados por AUTOR (2009), ou seja, os pais brasileiros têm um desejo de educar para a autonomia e respondem aos construtos obediência, respeito, justiça e autonomia, com concepções educativas bastante pertinentes, mas deixam claro a dificuldade que têm de colocar esses ideais educativos em prática quando os itens se referem não a deveres, mas a questões da intervenção real e concreta. Esse tipo de dificuldade pode ser uma forma de explicação para o resultado encontrado que demonstrou a associação entre os perfis de pais cooperativos e os perfis de filhos com perfil misto com maior autonomia.

Estudos internacionais também revelam que estratégias parentais mais pautadas em chantagem emocional e abuso do poder parental não auxiliam no desenvolvimento moral de crianças e adolescentes, fazendo-os focarem em si mesmos e mostrarem-se menos atentos às consequências de seus atos para os outros (SMETANA; JAMBON, 2017).

A coação é um tipo de relação social caracterizado pelo respeito unilateral da criança para com o adulto, e tende a consolidar a moral da heteronomia, que implica em obedecer às pessoas. Assim, a autoridade do adulto e suas regras são legitimadas pela criança, e devem ser cumpridas tal como propostas. Por sua vez, as relações de cooperação, caracterizadas pelo respeito mútuo e pela reciprocidade, permitem à criança desenvolver a moral da autonomia, que consiste em obedecer às regras e normas legitimadas como justas e favorecedoras da manutenção da dignidade humana (PIAGET, 1932/1994, 1964/1986; CARPENDALE, 2006; LA TAILLE, 2006).

A obediência é apontada por Piaget (1932/1994) como a gênese da moral da criança. Os estudos de AUTOR (2005) mostraram que muitos pais acreditam que a melhor forma de fazer seus filhos obedecerem é a imposição da sua autoridade, com gritos, ameaças e castigos físicos, pois, dessa forma, as crianças “entendem quem manda”, “sentem medo” e “cumprem os seus deveres”. Essa prática parental brasileira excessivamente coercitiva tende a promover a obediência entre as crianças, e, portanto, favorece a moral heterônoma. Essa obediência pode ser superada, segundo Piaget (1932/1994), se as relações entre crianças e adultos mudarem seu caráter coercitivo para formas de cooperação. Estudos de concepções educativas parentais no Brasil, revelam, especialmente, o uso da autoridade, a imposição das regras, o uso dos castigos e punições corporais, como as principais estratégias de práticas parentais (AUTOR, 2005, 2009; AUTOR, 2019).

O relevante papel da família no desenvolvimento moral da criança e do adolescente é reconhecido por um conjunto de pesquisas contemporâneas (SMETANA, 2011; SMETANA; BALL; YOO, 2019). Os pais são importantes para o desenvolvimento moral dos adolescentes, sendo que suas habilidades em providenciar tipos de interações podem ou não ser facilitadoras desse tipo de desenvolvimento (SMETANA, 1999). As pesquisas internacionais também mostram que, pais e filhos concordam que adolescentes precisam de autonomia e privacidade; além de que, tais pesquisas revelam que os adolescentes que possuem melhores relacionamentos com seus pais (envolvendo respeito e afeto) são mais propensos a compartilhar mais fatos de sua própria vida com os mesmos (SMETANA; JAMBON, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A novidade que essa pesquisa apresentou em termos de dados empíricos ficou mais evidente a partir do uso da medida repetida, ou seja, o fato de ter-se aplicado o instrumento em pais e filhos adolescentes permitiu a identificação, a partir da comparação das concepções educativas de pais e de filhos, da associação entre os diferentes perfis que essas medidas nos proporcionaram. Assim, o que em especial chama a atenção nos dados é que, embora se tenha encontrado um número maior de pais com perfil cooperativo, foi encontrado um número maior de filhos com perfil obediente, além da associação estatística relevante entre pais de perfis cooperativos e filhos com tendência a perfil misto para autonomia e pais de perfis coercitivos associados a filhos de perfis obedientes.

Um dos maiores reconhecimentos do limite das pesquisas contemporâneas sobre parentalidade, fundamentadas na TDS, ocorre em termos das

amostras estudadas, que se focaram em famílias americanas e europeias de classe média (SMETANA, 2014). Logo, pensa-se que a presente pesquisa pôde de alguma forma ampliar e contribuir com o campo, trazendo a especificidade das concepções educativas de pais e mães brasileiros.

Uma das limitações da pesquisa ora finalizada concerne ao instrumento de que utilizamos. A escolha por criar uma nova escala que contemplasse itens da ECEM, acrescida por itens inspirados na TDS (SMETANA; ASQUITSH, 1994), viabilizou o atendimento aos objetivos do estudo, identificando perfis educativos de pais e filhos, bem como estabelecendo a comparação entre as respostas dos adolescentes e seus familiares, todavia, não se trata de uma escala cujas características psicométricas tenham sido aferidas.

Outra limitação da presente pesquisa foi o fato de ter contado com uma amostra relativamente reduzida e com uma determinada especificidade em relação à renda familiar dos envolvidos. Além disso, tivemos a maior participação das mães do que de pais, bem como mais do público de escolas públicas do que de escolas privadas. Faz-se necessário a ampliação do espectro da amostragem, bem como a necessidade de expansão de pesquisas que façam recortes mais específicos, como o estudo da influência das diferentes estruturas familiares no desenvolvimento moral, o estudo da parentalidade e a relação com o desenvolvimento moral em diferentes culturas.

Referências

ARSENIO, W.; LOVER, A. Children's conceptions of sociomoral affect: Happy victimizers, mixed emotions, and other expectancies. In: KILLEN, M.; HART, D. (org.). *Cambridge Studies in Social and Emotional Development. Morality in Everyday Life: Developmental Perspectives*. Cambridge University Press, 1995. p. 87 - 189.

BAUMRIND, D. Effects of Authoritative Parental Control on Child Behavior. *Child development*. v. 37, n. 4, p. 9 - 21, 2004. doi: 10.2307/1126611

AUTOR, 2005.

AUTOR, 2009.

AUTOR, 2012.

AUTOR, 2016.

AUTOR, 2017.

AUTOR, 2019.

CARPENDALE, J. Piaget's Theory of Moral Development. In: MÜLLER, U.; CARPENDALE, J.; SMITH, L. (org.). *The Cambridge Companion to Piaget*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 270 - 286. doi: 10.1017/CCOL9780521898584.012

LA TAILLE, Y. *Moral e Ética: dimensões afetivas e intelectuais*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LINS-DYER, M. T.; NUCCI, L. The impact of social class and social cognitive domain on northeastern Brazilian mothers' and daughters' conceptions of parental control. *International Journal of Behavioral Development*, v. 31, n. 2, p. 105-114, 2007. doi: 10.1177/0165025407073577

DUNN, J.; HUGHES, C. Family talk about moral issues: The toddler and preschool years. In: WAINRYB, C.; RECCHIA, H. (org.). *Talking About Right and Wrong: Parent-Child Conversations as Contexts for Moral Development*. Cambridge University Press, 2014. p. 21 - 43. doi: 10.1017/CBO9781139207072.004

LANSFORD, J. E. et al. Physical Discipline and Children's Adjustment: Cultural Normativeness as a Moderator. *Child Development*. v. 76, n. 6, p. 1234 - 1246, 2005. doi: 10.1111/j.1467-8624.2005.00847.x

NUCCI, L.; HASEBE, Y.; LINS-DYER, M. T. Adolescent psychological well-being and parental control of the personal. *New Directions for Child and Adolescent Development*. São Francisco, n. 108, p. 17 - 30, 2005. doi: 10.1002/cd.125

NUCCI, L.; SMETANA, J. G. Mothers' concepts of young children's areas of personal freedom. *Child Development*. v. 67, n. 4, p. 1870 - 1886, 1995. doi: 10.1111/j.1467-8624.1996.tb01833.x

PATRICK, R. B.; GIBBS, J. C. Inductive discipline, parental expression of disappointed expectations, and moral identity in adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*. v. 41, n. 8, p. 973 - 983, 2012. doi: 10.1007/s10964-011-9698-7

PIAGET, J. O juízo moral na criança. São Paulo: Summus, 1994. Publicação original de 1932.

PIAGET, J. Seis Estudos de Psicologia. Tradução de M. A. M. D'Amorim e P. S. Lima Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986. Publicação original de 1964.

SMETANA, J. G. Adolescents' and Parents' Reasoning About Actual Family Conflict. *Child Development*. v. 60, n. 5, p. 1052 - 1067, 1989. doi: 10.2307/1130779

SMETANA, J. G. The Role of Parents in Moral Development: A Social Domain Analysis. *Journal of Moral Education*. v. 28. n. 3, p. 311 - 321, 1999. doi: 10.1080/030572499103106

SMETANA, J. G. Adolescents, families, and social development: How teens construct their worlds. John Wiley & Sons, 2011. doi: 10.1002/9781444390896

SMETANA, J. G. Moral Development: The Social Domain Theory View. In ZELAZO, P. D. (org.). *The Oxford Handbook of Development Psychology*. v. 1. Oxford: New York, 2013, p. 832 - 863.

SMETANA, J. G.; ASQUITH, P. Adolescents' and parents' conceptions of parental authority and personal autonomy. *Child Development*, Washington, DC, v. 65, n. 1, p. 1147-1162, 1994. doi: 10.1111/j.1467-8624.1994.tb00809.x

SMETANA, J. G.; JAMBON, M. Parenting, morality and social development: New views on old questions. In: C. Helwig, *New perspectives on moral development*, Routledge, 2017, p.121-140.

SMETANA, J. G.; BALL, C. L.; YOO, H. N. Parenting and moral development. In: M. H. Bornstein (WD.), *Handbook of parenting: the Practice of parenting*, Routledge/Taylor & Francis Group, 2019, p.122-155. doi: 10.4324/9780429401695-5

TURIEL, E. *The development of social knowledge: morality and convention*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

TURIEL, E. The Development of Morality. In: DAMON, W. (org.). *Handbook of Child Psychology*. v. 3: Social, Emotional, and Personality Development. John Wiley & Sons, Inc: New York, 1998. p. 863 – 932.

TURIEL, E. The many faces of parenting. *New Directions for Child and Adolescent Development*, v. 2005, n. 108, p. 79-88, 2005. doi: 10.1002/cd.130

TURIEL, E. Thought, emotions, and social interactional processes in moral development. In: KILLEN, M.; SMETANA, J. G. (org.). *Handbook of Moral Development*. Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2005. p. 7 – 35.

YOUNISS, J.; SMOLLAR, J. *Adolescent Relations With Mothers, Fathers, and Friends*. University of Chicago Press, 1985.

Recebido em: 24/04/2021
Aprovado em: 13/10/2021